

**“OS INIMIGOS DA PAZ” - A REPRESSÃO AO MOVIMENTO DOS PARTIDÁRIOS DA PAZ NO BRASIL (1950-1956).**

Jayme Fernandes Ribeiro\*

A imprensa não comunista retratava as campanhas pela paz da União Soviética como uma enorme falsidade. Segundo relatos da imprensa, a URSS era a verdadeira responsável pelas diversas tentativas infrutíferas de acordos internacionais de redução de armamentos, de controle da energia atômica e propostas de paz. De acordo com a manchete publicada em *O Jornal*, a União Soviética era contrária à redução de armamentos. O periódico afirmava que a URSS havia indicado perante a comissão de armamentos convencionais das Nações Unidas que não tomaria parte em nenhum programa de redução de armamentos, a menos que a decisão final, relativamente a tais disposições, dependesse do Conselho de Segurança da ONU, onde as grandes potências poderiam exercer o direito de veto.

Bastante interessante é um artigo de *O Jornal*, publicado em 4 de março de 1948. O artigo intitulado “A diplomacia soviética” encontrava-se assim assinado: “*De um observador social*”. Nele, o autor procurava desmascarar o pacifismo soviético, apresentando a política externa da URSS como uma verdadeira política de guerra. Para o autor do artigo, os “vermelhos” gabavam-se por possuir uma nova diplomacia, que buscava a conciliação dos povos em prol da paz mundial. Todavia, expressava ainda que a nova diplomacia, que eles diziam eficaz e direta, sem a hipocrisia da velha escola inglesa da era vitoriana,

“não foi entretanto fundada por eles, porque Hitler dela se utilizava para preparar a guerra mundial. Foi com essa diplomacia, fomentadora da quinta coluna, incentivadora nos países onde ela se instala, de revoluções e crises internas, que preparou a ocupação da Áustria com o assassinato do Doufuss, depois a ocupação da Polônia, enfim todas as investidas de guerra relâmpago.”<sup>1</sup>

Procurando comparar as atitudes do Estado soviético com as da Alemanha nazista de Hitler, o artigo, assim como, de uma maneira geral, os jornais da grande imprensa, tentavam comprometer, negativamente, a imagem da nova linha política da União Soviética – a linha de luta pela paz. Insistiam em mostrar que – assim como Hitler, com seus pactos e acordos de não intervenção elaborados com alguns países antes da Segunda Grande Guerra foi apenas um fôlego para a posterior investida – a

URSS utilizava-se de sua nova política e diplomacia ao mesmo tempo em que se preparava para tomar semelhante atitude.

O governo brasileiro, inserido na política da Guerra Fria e apoiando as decisões da diplomacia norte-americana, pôe-se a condenar as campanhas organizadas pelo PCB e a persegui-las. O combate ao comunismo, após a ilegalidade do Partido, em 1947, estava na ordem do dia. O “Movimento pela Paz” e as “Campanhas de Luta Pela Paz”, dirigidos, veiculados e propagandeados pelo PCB foram duramente perseguidos e reprimidos. Importa ressaltar que o “Movimento pela Paz” e as campanhas que veiculavam, como a “Campanha Pela Proibição das Armas atômicas” não foram postos na ilegalidade. Como os comunistas eram os responsáveis pela sua divulgação e propaganda, assim como pela coleta de assinaturas, foram considerados, desse modo, “subversivos” e “perturbadores da ordem”, pelos dirigentes do governo brasileiro. Nesse caso, fazia-se necessário combatê-los. O jornal *A Hora*, num artigo publicado pelo próprio Departamento de Ordem Política e Social, revelava:

“O Departamento de Ordem Política e Social expediu o seguinte comunicado: ‘A lei n.º 1.207, de 25 de outubro de 1950, em seu artigo 1.º, exclui o direito de reunião, quando esta vise a prática de ato proibido. [...] Ora, a Constituição e seu autorizado intérprete, como é o Superior Tribunal Eleitoral, declara ilegal, inconstitucional, o funcionamento do Partido Comunista e, implicitamente, o de todas as organizações que lhe são filiadas’.”<sup>2</sup>

Assim, de acordo com a interpretação que faziam da lei, os órgãos de repressão passaram a combater os comunistas e suas campanhas em favor da paz – aqui, nomeadamente, a “Campanha Pela Interdição das Armas Atômicas”. Já que o PCB era um partido ilegal, quando fosse comprovada a participação de seus membros em qualquer atividade política e social, lá estaria a lei, através de seus órgãos policiais, para fazer valer a Constituição e punir seus perturbadores.

Os órgãos encarregados do policiamento e da repressão às atividades dos militantes comunistas brasileiros conheciam bem os assuntos relativos ao “Movimento pela Paz” e à “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”. O PCB, já em estado de ilegalidade, continuava a ser perseguido também nas campanhas que articulava e propagandeava. Segundo os departamentos de repressão do governo brasileiro, os comunistas apresentavam uma extrema “maleabilidade tática”, e a política externa

---

<sup>2</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

soviética não se cansava em mostrar, mais uma vez, “ao mundo democrático” os “malabarismos do Kominform”.<sup>3</sup>

De acordo com o documento *Radiopress*, de divulgação interna, datado de 20 de abril de 1949, o Kominform havia planejado e lançado, no momento posterior ao fim da Segunda Grande Guerra e o início da Guerra Fria, duas campanhas, que deveriam ser executadas pelos partidos comunistas do mundo inteiro. Segundo o documento, a primeira campanha baseava-se no seguinte ponto:

“1) As declarações dos chefes comunistas do mundo inteiro, no sentido de estarem dispostos a apoiar militarmente a União Soviética, mesmo numa guerra contra seu próprio país.”<sup>4</sup>

O objetivo da primeira campanha, então, seria a de – se fosse realmente necessário – total apoio às decisões soviéticas e a de mobilizar os comunistas de determinadas nações a lutarem a favor da URSS contra seus próprios países.

Os organismos destinados à perseguição aos comunistas e suas atividades realizaram uma intensa pesquisa, onde demonstravam que o objetivo da referida campanha não era, de fato, irrealizável. No que revela o documento, a primeira declaração de fidelidade à União Soviética foi feita no Brasil, pelo então senador República, Luiz Carlos Prestes, em março de 1946, o qual havia relatado que, em caso de uma deflagração de guerra entre o Brasil e a União Soviética, os comunistas brasileiros apoiariam a URSS.

Isso, é claro, foi divulgado por toda a grande imprensa, contribuindo, em larga medida, para a intensificação da perseguição aos comunistas no Brasil.

O jornal soviético *Pravda*, em março de 1949, lançava uma série de artigos apresentando a América Latina como um forte ponto de apoio aos interesses soviéticos. No dia 10 daquele mês, publicou que o comitê central do Partido Comunista da Argentina havia revelado: “se for declarada a guerra contra a União Soviética, nós, a fim de defender a soberania nacional, agiremos com a máxima energia contra os agressores anglo-norte americanos e satélites”.<sup>5</sup> No dia 13, o Partido Comunista do Uruguai declarou: “nós comunistas, sempre e em todas as ocasiões ficaremos do lado da União Soviética, contra os imperialistas”.<sup>6</sup> Por fim, entre outros países latino-americanos, o documento retratava e enfatizava as revelações destinadas ao Brasil. Segundo o *Pravda*, em 17 de março de 1949, o PCB declarou que apoiaria “a atitude dos líderes comunistas, franceses e italianos, em caso de guerra contra a União Soviética e convida[ria] o povo e

os trabalhadores brasileiros a lutarem contra todas as tentativas imperialistas de envolver o país, na guerra imperialista”.<sup>7</sup> Dessa forma, o governo brasileiro procurava mostrar os reais interesses dos países comunistas e, principalmente, da União Soviética. Para o governo brasileiro, o que estava em jogo não era a defesa da paz, mas, pelo contrário, a defesa dos interesses da URSS e uma verdadeira “guerra de nervos” que se impunha pelo “país dos soviéticos”.

A outra campanha, a cujo *Pravda* se referia dizia respeito à “Campanha da Paz” ou, como era também chamado, “Movimento pela Paz”. De acordo com os organismos repressores, “uma campanha de paz, realiza-se em todos os países democráticos, fazendo apelo aos nobres ideais de paz, aos mais legítimos sentimentos femininos e acusando-os como fatores da guerra”.<sup>8</sup> Para o autor do documento, que assina A. D. C., a concomitância, em todo o mundo, “destes pseudo-movimentos pacifistas” era suficiente para demonstrar sua origem comum. É claro, organizada pela União Soviética. Segundo o documento, quem lesse as notícias dos soviéticos e de seus satélites poderia constatar as palavras de ordem emanadas de Moscou. O *Pravda* comunicava, em 5 de fevereiro de 1949, que já havia sido criado um comitê de iniciativa para a convocação, em Bucareste, de um “congresso para a defesa da paz e da cultura”. O documento mostrava, detalhadamente, como haviam sido organizadas as manifestações pela paz em diversos países do mundo e a participação comunista durante todo o seu processo. Isso demonstra que a perseguição aos comunistas brasileiros era extremamente importante e convertia-se em resultados satisfatórios para o governo brasileiro. Depois de um trabalho minucioso, verificando os jornais e panfletos comunistas apreendidos e analisando os periódicos soviéticos, o autor do documento encaminha seu relatório à Seção de Segurança Nacional, expondo um breve resumo da criação do “Movimento pela Paz”. De acordo com o seu relato:

“Em 1948 foram na Polônia lançadas as bases deste movimento/com o ‘congresso internacional dos intelectuais’, em Wroclaw depois realizou-se em Budapeste um ‘congresso da Federação Internacional das Mulheres’,. Seguiu-se um ‘congresso Internacional Cultural e Científico para a Paz Mundial’ em Nova York e finalmente, em Paris, abre-se o atual ‘Congresso Mundial dos Partidários da Paz’. Estes movimentos de caráter internacional foram acompanhados por congressos regionais em todos os países do mundo e contaram com o máximo apoio da imprensa comunista e comunizante.”<sup>9</sup>

Pode-se perceber que o governo brasileiro, através dos seus órgãos de repressão política, estava informado sobre as campanhas pacifistas da União Soviética.

Os movimentos e campanhas que os comunistas envolviam-se e participavam no Brasil eram grandemente vigiados, perseguidos e reprimidos. Aqui, nomeadamente a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”, inserida no amplo “Movimento pela Paz”, foi, de igual forma, duramente reprimida. As iniciativas da diplomacia soviética, em solo brasileiro, eram sempre vistas com olhares desconfiados e, para os representantes do Estado brasileiro, apresentavam-se como “uma verdadeira guerra de nervos às democracias ocidentais”. Assim, por intermédio das declarações dos líderes comunistas de todo o mundo, a URSS procurava mostrar, nada menos, que o poderio de sua “quinta coluna”, tentando, ao mesmo tempo, acalentar a consciência democrática, mostrando que não havia perigo, “devido às suas intenções pacíficas”. Em conclusão de sua exposição sobre as atividades “pacíficas” da União Soviética no mundo, o autor do documento enfatizou ainda que

“o movimento ‘pró-paz’, visa na verdade, o desarmamento das consciências livres e a criação de um ambiente de confusão interna nos países democráticos. [...]”

É claro que o movimento ‘pró-paz’, é no fundo uma posição de guerra tão agressiva como o movimento ‘pró-soviético’ dos chefes comunistas. Os que aderiram a este movimento ou são tolos e irresponsáveis, ou, como os líderes comunistas, estão dispostos a trair conscientemente suas pátrias.

O movimento ‘pró-paz’ é um novo aspecto, mais subtil e por isto mais perigoso, da Quinta coluna bolchevista.”<sup>10</sup>

Dessa maneira, é possível notar que, para os dirigentes do governo brasileiro, a União Soviética lutava, sobretudo, para amortecer a consciência mundial em relação ao perigo do desenvolvimento do comunismo nos países capitalistas ocidentais, impedindo, assim, a união “defensiva dos povos livres”. Visava também a impedir a consolidação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para os representantes do governo brasileiro, as campanhas pacifistas da URSS não passavam de “parte da propaganda comunista”. Amplamente divulgadas pelos jornais da grande imprensa, as campanhas “pró-paz” eram apenas meios mais sutis de mascarar os verdadeiros interesses da URSS, que eram, exatamente, estabelecer um novo conflito mundial, levar o caos aos “países livres e democráticos”, impedir a reconstrução da Europa e implantar, através da revolução, sua ditadura comunista no maior número possível de países em todo o mundo.

De acordo com Mariani, durante décadas, para grande parte do mundo ocidental, incluindo-se o Brasil, o comunismo foi representado como uma ameaça aos

valores estabelecidos – a saber, valores baseados na ética dos direitos humanos. “No cinema, TV, imprensa, obras ficcionais e tratados sociológicos, a propaganda anticomunista, ou melhor, anti-soviética, nunca deixou de se fazer ver e ouvir, veiculando

um imaginário imposto pelo modelo político e econômico capitalista”.<sup>11</sup> Importa ressaltar que proibições e censuras dos inúmeros quadros de poder legalmente constituídos sempre impuseram o silenciamento ao PCB, procurando manter predominantes os fios discursivos que trançavam o predomínio de um certo sentido para os comunistas brasileiros: “o comunista é um inimigo”.

Ao longo de dezenas de anos, os comunistas foram vistos como inimigos. Verdadeiros “inimigos da Pátria”, “inimigos do Brasil”. Entretanto, tratava-se de um tipo de inimigo muito específico e especial, pois o tipo de negatividade mobilizada aponta para uma questão de crueldade, misturada com ateísmo e amoralismo. Segundo Mariani,

*“eles são assassinos, pretensiosos de meia ciência, extremistas, sem Deus, ferozes, descontentes, tiranos, revolucionários. Em suma, são bárbaros. Como conseqüência, são inimigos jurados da ordem, das instituições e da família brasileira. Por sua vez, o comunismo, um abismo de escravização, uma barbárie, é apresentado como crime, praga sinistra, atitude de permanente violência, processo violento e subversivo da ordem social, mas também como ditadura, ideologia totalitária, fantasia econômica delirante, materialismo histórico, nefasta doutrina.”*<sup>12</sup>

Em resumo, as campanhas em favor da paz mundial, segundo o governo brasileiro, não passavam de uma “farsa pacifista”. Constantemente, os responsáveis pela vigilância e repressão aos militantes do PCB faziam questão de lembrar a atuação do partido em diversas outras campanhas. “Se alguém precisa ter ante os olhos um modelo de atuação do Partido Comunista, basta lembrar-se do movimento do ‘Petróleo é nosso’”,<sup>13</sup> relatava o agente repressor. Comparando a campanha do “Petróleo é nosso” com as campanhas em favor da paz, o autor do documento – A. D. C. – destacava que o modelo de atuação e os objetivos eram sempre os mesmos: atacar a política externa norte-americana e perturbar a ordem nacional vigente, atrasando, com isso, o desenvolvimento da “liberdade” e da “democracia” em nosso país.

## Notas

---

<sup>1</sup> O *Jornal*. Rio de Janeiro, 03 de março de 1948, p. 04.

---

<sup>2</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Dossiê – DPS – Polícia Política, Dossiê nº 30060.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij<sup>1</sup> 1367, nº 45, ano de 1949.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, São Paulo. UNICAMP, 1998, p. 18.

<sup>12</sup> Idem. Grifo da autora.

<sup>13</sup> Arquivo Nacional. MJ/Segurança Nacional – Série Justiça/Gabinete do Ministro. Panfletos Ij<sup>1</sup> 1367, nº 02, ano de 1949.